

1912: um ano com dois carnavais¹

DÉBORA PAIVA MONTEIRO*

Com a morte do Barão
Tivemos dois Carnavá;
Ai! Que bom! Ai! Que gostoso!
Se morresse o Marechá!
(A NOITE, 08/04/1912, p.02)

O texto em epígrafe é a letra de um samba entoado pela população do Rio de Janeiro, em abril de 1912, momento de comemoração do segundo carnaval daquele ano. Em função da morte do barão do Rio Branco ocorrida em fevereiro de 1912, uma semana antes do carnaval, instaurou-se uma polêmica a respeito da realização da festa na data prevista pelo calendário. Segundo os jornais, diversas manifestações populares bradavam pelo adiamento dos festejos para abril daquele ano. A imprensa estimulava o debate. As autoridades declaravam que a decisão de adiar a festa não lhes cabia. No entanto, apesar das indicações de adiamento, a população do Rio de Janeiro foi para as ruas comemorar o carnaval em fevereiro e depois em abril. A principal consequência das polêmicas geradas em torno da data do carnaval foi uma dupla comemoração. Diante da disputa em torno da definição do calendário da festa, a presente investigação sobre as comemorações realizadas no carnaval de 1912, pretende sugerir uma reflexão sobre a importância do tempo da festa para a consolidação de uma interpretação sobre o festejar.

Na manhã de 10 de fevereiro de 1912 – sábado - no Palácio do Itamaraty, faleceu o então ministro das Relações Exteriores, barão do Rio Branco. A notícia de seu falecimento tomou conta da cidade do Rio de Janeiro, repercutiu por todos os estados do país e ecoou internacionalmente. O barão ocupava o cargo desde o governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), tendo sido nomeado em 15 de novembro de 1902. Portanto, naquele ano, completaria dez anos a frente da pasta.

¹ Este artigo representa um resumo das principais questões desenvolvidas na minha dissertação de mestrado, defendida em novembro de 2012, pela Universidade Federal Fluminense.

* Mestre pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

O acontecimento foi amplamente coberto pela imprensa carioca, que vinha acompanhando há dias o agravamento do estado de saúde de Rio Branco. As notícias relacionadas ao falecimento enalteciam a sua figura, descrevendo os seus feitos e ressaltando o amor que sentia pelo Brasil. Todos os artigos de jornais descreviam os mínimos detalhes, desde os últimos instantes de vida do barão, passando pelas visitas recebidas, transcrição de telegramas e mensagens de pêsames, até a preparação de seu enterro, realizado três dias depois, com direito a honras de Estado e financiado às suas custas, tudo com vistas a inserir o barão no panteão de heróis nacionais em construção².

Assim, a sua morte ocorrida uma semana antes do início dos festejos carnavalescos provocava um grande problema. Os cultos fúnebres concorrerem com a festa do carnaval, o que acabou por gerar uma grande polêmica sobre a conveniência ou não da realização de uma festa de tamanha proporção em data tão próxima do que estava sendo escrito e lido como uma grande tragédia nacional³.

A polêmica com relação ao adiamento foi levantada ainda no calor da notícia do falecimento, no próprio dia 10 de fevereiro. Não foi possível identificar de onde surgiu o primeiro boato e nem quem levantou a primeira bandeira, mas foi no jornal *A Noite* deste dia que identificamos o primeiro comentário a respeito, numa notícia intitulada “O carnaval não será adiado”, em que o jornal esclarecia que o boato que circulara pela cidade durante todo o dia sobre o adiamento do carnaval não estava confirmado. Consultado sobre o assunto o então presidente da República, marechal Hermes da

² A construção de um panteão de heróis republicanos no Brasil da Primeira República vem sendo investigada pela historiografia mais recente. Sobre este tema, ver, particularmente: ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994; EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000, pp. 135-161; GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, M., GONTIJO, R., SOHIET, R. (orgs). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 309-328; e SILVA, Ítala Byanca M. **Sociedade Capistrano de Abreu: memória e historiografia brasileira (1927-1969)**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011, pp. 30-50

³ Vale lembrar que na mesma semana, precisamente no dia anterior ao falecimento do barão do Rio Branco, faleceram também no Rio de Janeiro dois políticos brasileiros. Faleceram no dia 09 de fevereiro de 1912 o marquês do Paranaguá e Leôncio de Carvalho. O primeiro, João Lustosa da Cunha Paranaguá, foi governador das províncias do Maranhão, Bahia e Pernambuco, além de ministro em diversos gabinetes durante o Império. O segundo, Carlos Leôncio da Silva Carvalho, advogado, também foi ministro do Império.

Fonseca declarou que não tinha competência para adiar a festa: **“Festa do povo, é ao povo que cabe adiar ou não o carnaval”** [grifo meu]⁴ (A NOITE, 10/02/1912, p.03).

A partir de então, toda a semana que separou o falecimento do barão e o início do carnaval foi repleta de notícias sobre a polêmica. Pronunciaram-se os jornais, autoridades, os presidentes de clubes e sociedades carnavalescas, além de diversos setores da sociedade. As opiniões eram muitas e fervilhavam. Alguns consideravam um desrespeito ao luto pelo barão a realização do carnaval ainda no mês de fevereiro e defendiam seu adiamento para o mês de abril; outros afirmavam que o carnaval em fevereiro começaria logo após o fim do período de luto, o que tornava desnecessário o adiamento da festa; um grupo defendia que os dias de Momo deveriam ser esquecidos naquele ano e havia ainda aqueles que consideravam desnecessário o adiamento, não por serem entusiastas da festa, mas por temerem o que de fato acabou acontecendo: ao invés de quatro dias de festa, a realização de um carnaval estendido, comemorado duas vezes e preparado durante os quarentas dias de intervalo.

A imprensa da cidade do Rio de Janeiro acompanhou com atenção ambos os carnavais destacando os acontecimentos nas ruas e nos espaços de decisão do governo. O que se pôde perceber no primeiro carnaval comemorado em 1912 é que este foi um festejo mais espontâneo, já que não contou com a apresentação das principais sociedades carnavalescas de então e os bailes foram em sua maioria, transferidos. Vale lembrar aqui que a realização de bailes e préstitos dependia da concessão de licença do chefe de polícia do Distrito Federal, cargo ocupado naquele momento por Belizário Távora.

No tempo decorrido entre fevereiro e abril, os ensaios e batalhas de confete e lança-perfumes característicos do período de preparação do carnaval foram realizados e, ao chegar a data marcada para a transferência, mais uma vez a cidade caiu na folia. Desta vez com todos os elementos com que a festa carnavalesca contava naquele momento: desfiles dos mais variados tipos, bailes e foliões avulsos. Neste momento, já com a transferência consolidada, as grandes e pequenas sociedades foram às ruas, somando quase 300 licenças concedidas pela prefeitura. Neste último mês, nos jornais, o tamanho das colunas dedicadas à festa tornou-se monumental, ocupando páginas

⁴ Vale salientar que esta foi a única declaração do presidente Hermes da Fonseca sobre o assunto encontrada nas páginas dos jornais pesquisados.

inteiras, para dar conta de comentar e prestar todos os serviços relacionados ao carnaval: descrição dos préstitos, bailes e principais acontecimentos.

É importante destacar que naquele momento, a imprensa passava por significativas mudanças, num processo de modernização que vinha se desenvolvendo desde os primeiros anos do século XX. As transformações davam-se no âmbito editorial e também tecnológico. Esta pesquisa baseou-se na análise dos seguintes jornais: *Gazeta de Notícias*, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil*, *O Paiz* e *A Noite*. Procuraremos mostrar como os diversos atores históricos envolvidos na polêmica em torno da transferência da festa naquele ano produziram discursos próprios que representavam a sua forma de se relacionar com a questão. Os discursos analisados foram publicados nos jornais pesquisados, o que nos permitiu dar voz não somente a alguns dos personagens envolvidos na polêmica do adiamento da festa, como também focarmos nossa atenção na “fala” dos próprios jornais. Nesse sentido, são algumas pistas de como a festividade era percebida naquele momento por aqueles que a vivenciavam.

O jornal *A Noite*, lançado em 1911 pode ser caracterizado nos seus anos iniciais como um jornal de oposição, tendo sido grande crítico do governo do marechal Hermes da Fonseca. Na polêmica a respeito do adiamento mostrou-se desde o primeiro momento favorável a transferência da festa, exigindo que seus companheiros de imprensa mantivessem o discurso favorável à realização do carnaval em abril, de forma a não deixar a população com dúvidas sobre a maneira como deveria agir naquela situação. Até as vésperas do início da festa em fevereiro manteve o discurso afirmativo em suas páginas considerando o adiamento como fato consumado. Contudo, já no primeiro dia dos festejos de fevereiro o jornal identifica que o carnaval estava em curso, sublinhando inclusive que o movimento percebido nas ruas da cidade era muito maior do que se poderia esperar.

Ainda sobre o jornal *A Noite* algumas considerações merecem ser feitas. O mesmo elencava a garantia da tranquilidade pública como uma dos elementos primordiais para o sucesso do carnaval. O jornal chamava atenção para a questão lembrando que uma decisão a respeito do adiamento precisava ser tomada de forma clara. Caso contrário, corria-se o risco da cidade ser tomada por confusões nas ruas

entre o grupo que pedia o adiamento e àqueles que porventura decidissem brincar o carnaval. (A NOITE, 15/02/1912, p. 01)

Ao comentar sobre as previsões de como seria realizado o carnaval de abril e afirmando que os boatos a respeito de possíveis proibições pelo governo com relação às manifestações carnavalescas no segundo carnaval eram infundados, o jornal *A Noite* comenta que na verdade o que se viu no carnaval de fevereiro “não foi propriamente um carnaval”. Mesmo tendo sido observados pelas ruas da cidade máscaras avulsos, “para abril foram transferidos os préstitos, os bailes, as passeatas dos grupos.” (A NOITE, 23/02/1912, p. 02) Cabe salientar aqui a diferenciação da cobertura feita pelo jornal *A Noite* neste aspecto, já que outros jornais noticiaram a presença de diversos grupos, passeatas, ranchos e visitas às redações, por exemplo, durante as comemorações de fevereiro. De qualquer maneira interessa aqui perceber quais as manifestações carnavalescas estavam sendo elencadas pelo jornal como dignas de definir o que seria “verdadeiramente” a festa.

É possível perceber como o jornal definia o que deveria ser o carnaval. A festa “verdadeira” não poderia ser composta apenas de máscaras avulsos – como foi noticiado. Assim, como os préstitos das grandes sociedades e clubes foram transferidos, bem como os bailes, passeatas de grupos e outros, o carnaval aconteceria mesmo em abril. Esta fala explicita a ideia de que apenas aquelas manifestações organizadas eram dignas da denominação carnavalesca. O que nos lembra o trabalho de Ferreira (2005) em que ele estuda a disputa pelo espaço carnavalesco. Acrescentamos a isso, o fato de que a disputa pela dominação do espaço físico também significava a disputa de definição do que era a festa.

Ainda sobre a discussão a respeito de em que moldes ocorreria a festa de abril, um leitor escreve ao jornal *A Noite*, dizendo não compreender a possibilidade de restrições a que poderiam sofrer os mascarados. Com as licenças estendidas aos clubes, cordões e sociedades, “agora em abril é que vamos ter o verdadeiro carnaval!” (A NOITE, 24/02/1912, para. 05) Mais uma vez fica clara a posição do leitor ao elencar as manifestações que ele considera dignas para definição do que seria o verdadeiro carnaval.

A *Gazeta de Notícias* caracterizava-se na época por ser um jornal popular, contudo, no início da Primeira República passou a ter um caráter situacionista, tendo inclusive fechado acordos com órgãos municipais para divulgação de seus trabalhos. Sobre o “espírito” carnavalesco que caracterizaria por ora a população carioca, a *Gazeta de Notícias* comenta:

O carioca morre pelo Carnaval. O carnaval é a única festa verdadeiramente popular no Rio de Janeiro. É nesses três dias de folgedos ruidosos que, positivamente a população tira a máscara da conveniência e se revela [folgazã] e [hilária], tal qual é. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16/02/1912, p.01)

Com relação à polêmica o jornal declarava a todo o momento que diante das declarações das autoridades, a conclusão a que se podia chegar era de que haveria carnaval em fevereiro, afirmando inclusive que essa decisão caberia realmente à população, concordando desta maneira com o posicionamento tomado pelos órgãos governamentais. “Há carnaval e na época em que o calendário aponta: sabe-se, não pela resolução desta ou daquela agremiação, mas pela espontânea vontade do povo a quem diretamente pertence deliberar no caso.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/02/1912, p. 07)

Ao se referir aos primeiros acontecimentos do carnaval de fevereiro, ainda sob a nuvem da incerteza a respeito do adiamento, o periódico descreveu a cena como um dia de carnaval mais frio que o que se costumava iniciar a festa, porém declarava que era inegável tratar-se de um dia de carnaval, chamando atenção para a alegria com que a festa era brindada, e ainda com a vantagem de não ter havido nenhum dos conflitos que eram temidos entre aqueles que decidiram tomar as ruas e os que consideravam os folgedos desrespeitosos. Mesmo lamentando a falta dos clubes nos festejos de fevereiro, o jornal enaltece o carnaval que foi realizado. Assim, o jornal não elege uma categoria específica para definir o que era o carnaval, levando em consideração todas as manifestações praticadas na cidade.

O *Correio da Manhã*, considerado um jornal de opinião e combativo posicionou-se desde o princípio simpático ao adiamento, criticando as opiniões contrárias à proposta. De tal modo, enquanto os jornais apontavam para a realização do carnaval no primeiro dia – ainda que alguns fizessem questão de apontar ter sido menos entusiasmado que nos anos anteriores, o *Correio*, declara que a movimentação foi tão insignificante que não se poderia considerar que houvesse carnaval no primeiro dia,

concluindo dessa forma que o carnaval estava mesmo adiado. Ele atribui o fato ao ostensivo policiamento observado nas ruas, o que teria inibido a saída dos foliões. A partir do segundo dia, passa a admitir a movimentação da cidade, mas lamenta profundamente a realização dessas manifestações. Além disso, chama atenção que na segunda-feira do primeiro carnaval o número de cordões foi tão pequeno em virtude do boato de que o prefeito Bento Ribeiro não autorizaria a saída em abril daqueles grupos que já tivessem utilizado sua licença em fevereiro, o que foi desmentido logo depois. Ao anunciar o fim dos festejos em fevereiro, o *Correio* chama atenção de que a vontade do povo foi satisfeita, mas que em abril será realizado o carnaval “a sério”, enaltecendo a presença das três grandes sociedades carnavalescas de então – *Fenianos, Democráticos e Tenentes do Diabo*.

O *Jornal do Brasil* é considerado o mais popular jornal dentre os que foram trabalhados nesta pesquisa. Posicionou-se favorável ao adiamento, considerava que a maior parte das pessoas eram também favoráveis ao movimento e, portanto, o mesmo deveria acontecer. Além disso, dizia que ninguém seria prejudicado com a transferência. O comércio inclusive teria possibilidade de angariar mais lucro, devido à permissão para ampliação do tempo de vendas de artigos carnavalescos concedida pela prefeitura. A partir da constatação da realização da festa em fevereiro o jornal declarava que brincaria em fevereiro aqueles que assim o desejassem. E em abril o mesmo aconteceria, dessa forma ficava satisfeita a vontade de todos.

Devemos sublinhar que durante a cobertura de fevereiro o jornal sempre destacou a grande movimentação nas ruas, mas registrou a falta quase completa de grupos carnavalescos. Mesmo lamentando essa ausência, o *Jornal do Brasil* credita a realização dos festejos de fevereiro ao povo, salientando que a festa havia sido “absolutamente popular”.

Finalmente, *O Paiz* que com a proclamação da República tornou-se um dos jornais mais influentes na cidade, seguindo uma linha parecida com a *Gazeta de Notícias*, com relação à cobertura do carnaval de 1912 também destacava a grande movimentação na recém renomeada Avenida Rio Branco⁵, o que foi previsto pelo jornal. Contudo surpreenderam-se com uma movimentação ainda maior do que

⁵ A Avenida Central mudou de nome por decreto do dia 15/02/1912, passando a ser chamada de Avenida Rio Branco, nome pelo qual é até hoje denominada. Ver por exemplo em *A Noite*, 15/02/1912, p. 01.

esperavam. Previam que a festa a ser realizada em abril seria inundada pelo mesmo espetáculo folião. Mesmo chamando atenção para a falta dos grandes préstitos declaram que o carnaval de fevereiro acontecera em sua plenitude. O comentário nos indica que o jornal não considerava os préstitos como a essência na definição do que seria o carnaval. - “a única festa verdadeiramente popular que o Rio de Janeiro tem.” (O PAIZ, 17/02/1912, p., 01).

Em abril chama a atenção para a coincidência de datas entre o carnaval e a Semana Santa. E ainda comenta sobre diferentes camadas sociais brincando o carnaval nas ruas da cidade. Vale ainda lembrar que, de acordo com o seu posicionamento *O Paiz* elogiou a atitude do presidente Hermes da Fonseca, assim como a das outras autoridades envolvidas na questão, ao declararem-se incapazes de decidir sobre a questão da mudança no calendário do carnaval.

Pode-se perceber que a possibilidade de alteração no calendário carnavalesco não foi bem aceita pela maior parte da população da cidade, que não deixou de ir às ruas em fevereiro – na data prevista. A realização de duas festas no mesmo ano, permeada pela discussão da viabilidade de mudança no calendário, discutindo-se inclusive a quem caberia esta responsabilidade de alteração do mesmo, nos leva a refletir sobre a importância do tempo da festa e sobre os usos que se faz do tempo. As disputas em torno da definição do calendário do carnaval de 1912 inserem-se numa tradição já bastante consolidada das lutas políticas: os conflitos em torno dos usos sociais do tempo. Essas disputas estão presentes em diversos processos de consolidação do poder, e muitas vezes, o calendário é alterado justamente para demarcar mudanças no controle político. O caso emblemático da Revolução Francesa foi seguido diversas vezes. No Brasil, tanto no Império (KEULLER, 1999) como na República (LEAL, 2006 e OLIVEIRA, 1989) passamos por alterações no calendário, de forma a salientar aquilo que os novos governantes queriam valorizar. Podemos citar o exemplo do calendário de Festas Nacionais instituído pelo Império, assim como o calendário republicano, decretado logo após a instituição do novo regime e que só foi modificado mais tarde, com o governo Vargas.

Uma das questões evidenciadas na pesquisa é a quase ausência nos jornais de manifestação da Igreja - enquanto instituição – por ocasião das discussões em torno da

mudança no calendário carnavalesco de 1912 para a Semana Santa. Isto pode ser explicado considerando a proposição de Elisabete Leal (2006) com relação à instituição do calendário republicano, dentre outras observações ficava clara na nova proposta a busca pela separação entre o Estado e a Igreja, tendo em vista que – com exceção do dia 02 de novembro, Dia dos Mortos - nenhum feriado religioso foi mantido no calendário. Vale ressaltar, portanto, que mesmo não tendo se manifestado de forma clara e ostensiva, isso não quer dizer que alguns dos membros da Igreja isoladamente não tenham se pronunciado a respeito da polêmica ou que não tenham obtido outra forma de explicitar as suas opiniões.

A única menção clara que encontramos, foi a transcrição de um artigo no *Correio da Manhã* do dia 17 de fevereiro de 1912. No artigo, originalmente publicado pelo periódico *A Palavra*, um jornal católico da capital federal, afirmava-se categoricamente que as autoridades tinham competência para proibirem o carnaval, baseando-se nas próprias leis criminais brasileiras que proibiam, por exemplo, o uso de máscaras. Além disso, segundo o texto, era proibido também que homens se fantasiassem de mulher e vice-versa. Lamentava, inclusive, que em países católicos existisse esse tipo de festa (CORREIO DA MANHÃ, 17/02/1912, pg. 07).

Na documentação analisada no Arquivo Nacional, encontramos um bilhete do periódico enviado ao chefe de polícia Belizário Távora manifestando-se contrariamente ao adiamento da festa e enviando a capa de um exemplar do jornal com a republicação do artigo que foi transcrito no *Correio da Manhã*, e citado anteriormente, acompanhado de um texto pequeno a respeito do falecimento do barão do Rio Branco. O bilhete não poderia ser mais claro:

Unir a festa do deus Momo, escarneador de tudo e de todos, com a festa da ressurreição de Jesus Cristo, redentor da humanidade, unir o carnaval com a Páscoa, é o cúmulo do desrespeito ao Cristianismo.

Pede-se, portanto, ao Exmo. Chefe de Polícia, ao Exmo. Prefeito, à imprensa, às sociedades carnavalescas, aos cordões, ao comércio e ao povo em geral, que todos cooperem para que não haja carnaval no domingo de Páscoa.

Redação de A Palavra

(Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro. GIF1 6c 377).

Além da Igreja, a ação do Estado também sugere uma reflexão. Em relação ao posicionamento oficial do governo e à prática desenvolvida pelos governantes, pudemos

perceber que, no carnaval de 1912, a postura foi de certa forma bem semelhante a da Igreja. Diante de um movimento que solicitava o adiamento do carnaval e acreditando não ter bases legais para fazer a mudança, nenhuma das autoridades envolvidas decretou o adiamento oficial do festejo. Em contrapartida, medidas contraditórias foram tomadas em ambas as direções. Muitos funcionários públicos tiveram a confirmação da necessidade de assinatura do ponto nos dias de carnaval em fevereiro como noticiam os jornais: “Em quase todas as repartições públicas o ponto será obrigatório segunda e terça-feira.” (A NOITE, 16/02/1912, p.03). O ministro do Interior, Rivadávia da Cunha Correia “determinou que os pontos de segunda e terça serão observados nas repartições subordinadas e na secretaria de Estado. Parece que o ministro da Fazenda [Francisco Antonio de Salles] fará o mesmo” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17/02/1912, p. 02).

Por outro lado, a polícia tomava as medidas de costume para garantir a ordem nos dias de festa. Além da publicação de editais nos jornais como, por exemplo, noticia o jornal *A Noite* sobre a regularização da circulação de bondes durante o carnaval (A NOITE, 15/02/1912, p. 04), pudemos notar a mesma atitude na correspondência trocada com o chefe de polícia, Belizário Távora. Através dos documentos é possível identificar toda a movimentação burocrática que continuava a ser empreendida pela polícia de forma a garantir a ordem na cidade durante os dias dos festejos, assim como a solicitação de empresas que necessitavam dos serviços policiais naqueles dias de exceção.

A empresa *The Leopoldina Railway Company Limited* preocupada com a aproximação da festa escreve em 15/02/1912 para Belizário Távora:

Comquanto esteja tomando vulto a ideia de se não realizarem na época própria os festejos carnavalescos, como demonstração de pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. barão do Rio Branco, e como nada de positivo conheço ainda, é meu dever solicitar que seja aumentado o número de praças de polícia na estação de Praia Formosa, de 12 e meia horas da madrugada até às 4 horas da manhã, nos dias marcados para aqueles festejos, conforme se tem praticado nos anos anteriores. (AN – Rio de Janeiro, GIF1 6c 377)

Neste mesmo dia - e nos posteriores - Belizário Távora expede diversos ofícios com o mesmo objetivo: dar prosseguimento às medidas necessárias para a passagem do carnaval na cidade, como era feito todos os anos, deixando claro que havia dúvida com

relação à adesão geral da população à causa da transferência do carnaval. Assim, escreve ao coronel José da Silva Pessoa, comandante da Brigada Policial, solicitando o deslocamento de pessoal para a guarda na cidade.

Afim de dar cumprimento ao edital referente aos festejos carnavalescos a se realizarem em 17, 18, 19 e 20 do corrente, rogo a V. Exa. se digne dar as necessárias ordens no sentido de se apresentarem nesta Rep. às 4 horas da tarde de cada um dos referidos dias, à disposição do Sr. 1º delegado auxiliar, 314 praças de infantaria dessa Brigada, além dos inferiores necessários para a sua fiscalização, força esta destinada a cobrir os postos fixados por aquela autoridade. (AN – Rio de Janeiro, GIF1 6c 377).

No mesmo sentido escreve no dia 15/02/1912 para o general inspetor da 9ª Região Militar solicitando policiamento, desta vez especificando que os oficiais do Exército deveriam zelar pelo comportamento de qualquer praça da corporação.

Rogo a V. Exa. se digne de expedir as necessárias ordens para que, como no ano passado, por ocasião das festas do carnaval, as ruas e praças desta capital sejam rondadas na véspera a noite, e nos dias destinados aqueles folguedos, por oficiais do Exército acompanhados de ordenanças ou patrulhas, afim de resolverem sobre qualquer conflito que se vejam envolvidos praças dessa corporação. (AN – Rio de Janeiro, GIF1 6c 377).

No mesmo teor são os ofícios enviados para o vice-almirante Antonio Cavalcanti Lins de Oliveira, chefe do Estado Maior da Armada, para o coronel comandante do Corpo de Bombeiros⁶ e para o general comandante superior da Guarda Nacional⁷. Nem mesmo o prefeito da cidade, Bento Ribeiro, ficou de fora dos apelos de Belizário Távora, que o escreve solicitando as providências necessárias para remoção dos fios da *Cia Light and Power*.

Afim de permitir a passagem dos carros de préstitos carnavalescos, caso saiam à rua alguns clubes nos dias 17, 18, 19 e 20 do corrente, rogo a V. Exa. se digne de dar as necessárias providências no sentido de serem levantados naqueles dias e nos pontos em que for conveniente, os fios condutores de eletricidade da Cia. Light and Power (AN - Rio de Janeiro GIF1 6c 377).

⁶ Comandante do Corpo de Bombeiros: coronel Feliciano B. de Souza Aguiar (28/07/1903 – 28/06/1912). Site do Corpo de bombeiros do estado do Rio de Janeiro. <http://www.cbmerj.rj.gov.br/galeria_cmt/index.html>. Acesso em: outubro/2012.

⁷ Comandante Superior da Guarda Nacional: marechal Antonio Olympio da Silveira. AN – Rio de Janeiro GIF1 6c 377.

Além desses existem outros documentos de delegacias distritais solicitando pessoal extraordinário, relação dos oficiais de serviço nos dias dos festejos em fevereiro, mapa de distribuição do pessoal pela cidade. Toda essa documentação datada entre 10 e 17 de fevereiro, ou seja, em meio à discussão acirrada na imprensa sobre o adiamento do carnaval, as autoridades municipais tomavam providências para garantir o bom andamento da festa nos dias de carnaval que se aproximavam. Discutia-se a mudança da data da festa, ao mesmo tempo em que se considerava a permanência dos festejos, ou que se supunha, ou se previa, a impossibilidade da suspensão do carnaval.

Como resultado do intenso debate que envolveu jornalistas, autoridades municipais, clubes e organizadores de sociedades, cordões e ranchos, a população do Rio de Janeiro assumia a decisão: seriam realizados dois carnavais. E mais: seria uma enorme festa como jamais se veria outra, uma festa que duraria toda a quaresma.

A morte do barão do Rio Branco, em lugar de estimular o luto, provocou pela polêmica que gerou em torno do calendário do carnaval, a extensão da festa. As disputas em torno do calendário e do tempo da festa colocaram em pauta uma questão importante: o conflito entre os usos políticos, racionais e deliberados dos acontecimentos, e aqueles usos mais frequentemente constituídos pelo costume ou pela tradição⁸. Entre um novo calendário que, em nome do luto pelo barão, transferia o carnaval para abril e um calendário mais tradicional que determinava o período de fevereiro para as festas carnavalescas, a população carioca, como já dissemos, ficaria com os dois.

A discussão sobre a alteração do calendário festivo nos permite perceber como os diversos grupos que se manifestaram apropriaram-se daquele evento, deixando claro que uma festa em geral, e mais especificamente o carnaval, é um evento que não possui

⁸ Referindo-se a outro tipo de comemoração, os festejos cívicos, Douglas Marcelino alerta para os riscos de uma escrita historiográfica pouco preocupada com as disputas entre posições mais racionalmente construídas e àquelas mais evidenciadas pelo costume. O autor destaca o fato de que o desconhecimento da dimensão imaginária e utópica presente nas festas cívicas levaria a um reducionismo na sua interpretação. Diz ele. *Restringindo-se geralmente ao estudo dos usos políticos e intencionais do passado, os historiadores têm deixado para segundo plano toda a dimensão utópica e imaginária presente nos rituais e festas cívicas, e é importante questionar os riscos envolvidos nessa perda. Até porque, vale ressaltar, ela pode servir para pensar o desenvolvimento da historiografia de modo mais geral, muitas vezes alimentada por demasiada suspeição quanto a tudo aquilo que não é compreendido como 'racional' no mundo político.* Ver: MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 31, vol. 61, pp. 125-144, 2011.

um significado em si mesmo, com características intrínsecas, mas, ao contrário é composto de múltiplos significados.

Seguindo a sugestão metodológica proposta por Leonardo Pereira (2004: 29), de investigar os sentidos atribuídos à festa pelos vários grupos que a compõe, investigamos o carnaval do Rio de Janeiro como uma festa construída de acordo com os contextos, personagens e lugares em que se realiza. Buscamos pensar os textos jornalísticos produzidos sobre o adiamento do carnaval de 1912, em sua historicidade, procurando compreender as circunstâncias nas quais eles se produzem como “uma densa rede de forças sociais em evolução e muitas vezes em conflito” (GREENBLATT, 1991:251).

Dessa forma pode-se pensar na realização de duas festas que na verdade demonstram o caráter de apropriação e de permeabilidade entre a festa realizada principalmente pela ocupação das ruas pela população e aquela que pressupunha um maior controle e formalização de suas práticas. Assim, uma não elimina e nem anula a outra, ambas realizam-se conjuntamente.

Como pudemos perceber a grande questão que surgiu no carnaval de 1912 foi a discussão sobre a possibilidade ou não de alteração da data da festa. Aparentemente não havia questionamento com relação ao motivo que levou a esse ímpeto – o falecimento do barão do Rio Branco - mas sim se havia realmente necessidade dessa mudança e se ela, de fato, seria possível de ser engendrada. As disputas dos grupos envolvidos na polêmica sobre a transferência da data do carnaval já foi explicitada, deixando claro o posicionamento de cada um deles. Alguns queriam a transferência, considerando a realização dos festejos tão próximos ao falecimento, um desrespeito à sua figura. Outros acreditavam que o adiamento teria como efeito a realização de um carnaval estendido, com duração até a Semana Santa abrangendo os meses de fevereiro, março e abril. Havia ainda aqueles que acreditavam não haver necessidade de alteração no calendário, já que o sentimento de pesar não poderia ser imposto e, além disso, atentando para o fato de que o luto oficial terminaria antes do início dos festejos. Havia ainda uma ala mais radical que desejava suprimir o carnaval naquele ano. Por fim, pudemos identificar também discursos que acreditavam ser impossível a população da cidade do Rio de Janeiro deixar de brincar o carnaval.

Notamos que a questão das disputas em torno do tempo da festa foi pouco estudada pela historiografia dedicada ao tema. No âmbito internacional identificamos no trabalho de Julio Baroja (1989) uma menção com relação ao tempo, e no Brasil apenas Roberto Da Matta (1981) e Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (1999) apontam para essa questão, que não foi seguida por pesquisadores posteriores. Da Matta em sua obra clássica *Carnavais, malandros e heróis*, estabelece uma comparação entre o carnaval e o Dia da Pátria – duas das manifestações que segundo ele mais mobilizam a população brasileira. Nessa perspectiva, ele diz que as duas festas acontecem naquilo que ele chama de tempo morto, ou seja, um feriado, mas que o tempo do carnaval difere daquele do Dia da Pátria. Este seria marcado por um tempo histórico, porque definido em comemoração a um evento datado historicamente. Já o carnaval seria marcado por um tempo cíclico, que estabeleceria um elo universal. Contudo, em seu trabalho, não chega a analisar o calendário propriamente dito. Já Maria Laura Cavalcanti, lembra da importância do tempo estrutural, definido dessa maneira pela antropologia, e que remete à periodicidade dos ritos e festas e diz que ele é “sincrônico, repetitivo, com conteúdos cognitivos e afetivos característicos. É um tempo social, fortemente ligado à experiência vital e à visão de mundo de uma sociedade ou civilização.” (CAVALCANTI, 1999: 77)

É justamente esse tempo, ligado à tradição que é colocado à baila nas discussões sobre o adiamento do carnaval de 1912. A autora trabalha a questão do calendário, mas o faz especificamente para a realização do carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro, mostrando como o tempo de preparação da festa difere completamente do tempo do calendário.

O carnaval de 1912 coloca em cena também outra questão bastante discutida pela historiografia a respeito da definição da festa: o carnaval é uma festa espontânea ou controlada? Na verdade, o carnaval de 1912 nos mostra que é uma festa composta por esses dois elementos e que se constitui também a partir dessa tensão. Além disso, nos mostra que esses dois elementos não eliminam um ao outro, mas realizam-se ao mesmo tempo.

Finalmente, concluímos que a grande questão que se colocou no carnaval de 1912 foi a discussão sobre a possibilidade de alteração do calendário carnavalesco. A análise dos diferentes posicionamentos assumidos com relação à questão do adiamento

evidencia o conflito entre os usos políticos - mais racionais - do calendário e aqueles mais ligados aos costumes ou tradições. A hipótese fundamental é de que a festa também é identificada pela impossibilidade de alteração do calendário. A grande polêmica não se deu porque foram realizados dois carnavais, e nem mesmo havia um questionamento muito grande sobre o motivo que levou à instauração da polêmica – ou seja, a morte do barão - o problema foi justamente a suspensão da festa no momento em que tradicionalmente ela é comemorada. Embora a data estabelecida para o carnaval possa ser discutível – já que ela foi em algum momento socialmente determinada, sua alteração não parece tarefa fácil.

A realização de dois ou mais carnavais, aparentemente não se constitui como problema. Mas a suspensão da festa mexe com uma tradição consolidada, não sendo passível de uma decisão política. E por isso também as autoridades afirmam não terem uma gerência sobre isso. Embora seja possível o uso político do calendário, como vimos, no caso de alterar uma tradição a questão torna-se mais complicada. Dessa maneira fica claro que o calendário do carnaval não diz respeito somente a um calendário cívico, mas também a um calendário ligado àquele tempo estrutural explicitado por Maria Laura Cavalcanti. Assim, a possível contribuição deste estudo sobre o carnaval de 1912 é a compreensão das disputas em torno do calendário como definidoras da festa.

Fontes e Bibliografia

Fontes primárias

Jornais

A Noite

Correio da Manhã

Gazeta de Notícias

Jornal do Brasil

O Paiz

Arquivo Nacional

GIFI 6C 377, Carnaval (1912) Rio de Janeiro. Arquivo Nacional.

Referências bibliográficas

BAROJA, Julio Caro. **El Carnaval (Análisis Histórico-Cultural)**. Madrid: Taurus Ediciones, 1989.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. O rito e o tempo: a evolução do carnaval carioca. In: CAVALCANTI, M.L.V. de. **O rito e o tempo: ensaios sobre o carnaval**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FERREIRA, Felipe. **Inventando carnavais: o surgimento do Carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Noite. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: maio 2012.

_____ e MONTALHÃO. Jornal do Brasil. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: maio 2012.

GOMES, Angela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940. IN: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo e ROLLAND, Denis (org.). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003.

GREENBLATT, S. O novo historicismo: ressonância e encantamento. **Revista Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, 1991.

KEULLER, Adriana Martins. As Festas Nacionais e seus objetos simbólicos na Corte Imperial: perspectiva de uma “tradição inventada”. **Revista de História**, n.8, Vitória, EDUFES, pp.16-24, 1 sem./1999.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: maio 2012.

_____. Gazeta de Notícias. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: maio 2012.

_____. O País. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: maio 2012.

LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. **Revista História**, São Paulo, v.25, n.2, pp.64-93, 2006.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Revista Estudos Históricos**, n. 4, pp.172-189, 1989.

PEREIRA, Leonardo Afonso M. **O carnaval das Letras**: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. Campinas: Unicamp, 2004.